

**DIREITO DO TRABALHO II**

**4º ANO - TURMA DA NOITE**

**Coordenação e regência da disciplina: Prof<sup>a</sup> Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho**

**Colaboradores: Prof.<sup>a</sup> Doutora Isabel Vieira Borges; Mestre David Carvalho Martins**

**PROGRAMA ABREVIADO**

**PARTE II - SITUAÇÕES LABORAIS INDIVIDUAIS**

**(CONTINUAÇÃO)**

**§ 1º - Outros contratos de trabalho sujeitos a regime especial**

1. Contrato de teletrabalho
2. Contrato de trabalho em regime de comissão de serviço
3. Contrato de trabalho a tempo parcial
4. Contrato de trabalho intermitente
5. Outras situações
  - 5.1. Contrato de serviço doméstico
  - 5.2. Contrato de trabalho na agricultura
  - 5.3. Contrato de trabalho de profissionais de espectáculo
  - 5.4. Contratos de trabalho a bordo
  - 5.5. Contrato de trabalho portuário
  - 5.6. Contrato de trabalho do praticante desportivo
  - 5.7. Contrato de trabalho em funções públicas

**Secção II - A situação jurídica do trabalhador decorrente do contrato de trabalho**

**§ 1º - A actividade laboral e os deveres acessórios do trabalhador**

1. A actividade laboral e os deveres acessórios de trabalhador
  1. 1. A prestação de trabalho como dever principal do trabalhador: actividade ou disponibilidade

- 1.2. O direito do trabalhador à ocupação efectiva
- 1.3. Os deveres acessórios do trabalhador: deveres integrantes e deveres autónomos da prestação principal
- 1.4. Alguns deveres acessórios do trabalhador em especial: os deveres de lealdade, de obediência e de zelo
- 1.5. Os deveres do trabalhador no contexto organizacional; em especial, a dimensão organizacional do dever de colaboração do trabalhador
- 1.6. A actividade laboral e os direitos de personalidade do trabalhador
2. A delimitação da actividade laboral
  - 2.1. O âmbito do conceito de actividade contratada e a atribuição da função pelo empregador
  - 2.2. O regime de prestação das funções afins ou funcionalmente ligadas à actividade contratada
3. A variação da actividade laboral: a mobilidade funcional
  - 3.1. O sentido do princípio da invariabilidade da prestação
  - 3.2. O regime do *jus variandi*

### **§ 3º - A categoria**

1. Acepções de categoria
2. A descida de categoria

### **§ 4º - O local de trabalho**

1. Determinação e relevância do local de trabalho; o princípio da inamovibilidade
2. A mobilidade geográfica do trabalhador
  - 2.1. Mudança transitória e a mudança definitiva do local de trabalho
  - 2.2. Mudança do estabelecimento

### **§ 5º - Tempo de trabalho e tempos de não trabalho**

1. Princípios gerais em matéria de tempo de trabalho
  - 1.1. Tempo de trabalho e direito ao repouso: descanso diário, semanal e anual
  - 1.2. A conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar
  - 1.3. A conciliação entre o trabalho, a maternidade e a paternidade
  - 1.4. A maleabilidade do tempo de trabalho como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
2. Organização do tempo de trabalho
  - 2.1. Período normal de trabalho diário, horário de trabalho e período de funcionamento; tempo de trabalho efectivo e duração média do trabalho
  - 2.2. Horário de trabalho, intervalos de descanso e isenção de horário
  - 2.3. Trabalho suplementar
  - 2.4. Trabalho por turnos
  - 2.5. Trabalho nocturno
  - 2.6. Outras situações: trabalho a tempo parcial (remissão); jornada contínua; reduções do tempo de trabalho
3. Descanso semanal e feriados
  - 3.1. Período normal de trabalho semanal e dias de descanso
  - 3.2. Feriados

4. Férias
  - 4.1. Enquadramento constitucional do direito a férias
  - 4.2. Regime jurídico das férias
5. Faltas
  - 5.1. Delimitação e classificações
  - 5.2. Faltas justificadas: enunciado e regime
  - 5.3. Faltas injustificadas: enunciado e regime

### **Secção III - A situação jurídica do empregador decorrente do contrato de trabalho**

#### **§ 6º - A remuneração e os deveres acessórios do empregador**

1. Dever remuneratório e deveres acessórios do empregador
  - 1.1. O dever retributivo como dever principal do empregador e os deveres acessórios do empregador
  - 1.2. Classificação dos deveres acessórios do empregador: deveres patrimoniais e deveres não patrimoniais
  - 1.3. Os deveres de promoção da formação profissional e de garantia da segurança, higiene e saúde no local de trabalho, em especial
2. Delimitação dos conceitos de retribuição e remuneração: retribuição, complementos salariais e outras prestações remuneratórias
3. Princípios gerais e tutela do trabalhador em matéria remuneratória
  - 3.1. O princípio da suficiência salarial: o salário mínimo
  - 3.2. O princípio da igualdade remuneratória
  - 3.3. O princípio da irredutibilidade da retribuição
  - 3.4. A relativa intangibilidade da retribuição
4. Cumprimento do dever retributivo
  - 4.1. Tempo, local e modo de cumprimento do dever retributivo
  - 4.2. Outros aspectos relativos ao cumprimento do dever retributivo
5. O incumprimento do dever retributivo
  - 5.1. A mora no pagamento da retribuição
  - 5.2. O incumprimento do dever de pagamento da retribuição e a tutela dos créditos remuneratórios dos trabalhadores

#### **§ 7º - O poder directivo**

1. O poder directivo no elenco dos poderes laborais do empregador: poder directivo e poder disciplinar; poder organizativo; poder de vigilância ou controlo e poder regulamentar
  - 1.1. Aspectos gerais
  - 1.2. O poder organizativo e o poder de vigilância ou controlo;
  - 1.3. O poder regulamentar
  - 1.4. Conclusão: o poder directivo e o poder disciplinar como poderes laborais do empregador
2. Delimitação e características do poder directivo
3. Natureza e fundamento do poder directivo

## **§ 7º - O poder disciplinar laboral**

1. O poder disciplinar no elenco dos poderes laborais
  - 1.1. Conteúdo do poder disciplinar laboral: a faceta prescritiva e a faceta sancionatória
  - 1.2. As funções do poder disciplinar laboral no contrato de trabalho
2. Titularidade e exercício do poder disciplinar laboral
3. As infracções disciplinares
4. As sanções disciplinares
5. O procedimento disciplinar
  - 5.1. Princípios gerais
  - 5.2. Marcha do processo
6. Natureza e características do poder disciplinar laboral
7. Fundamento do poder disciplinar
  - 7.1. O posicionamento do problema e os valores em jogo
  - 7.2. A fundamentação tradicional: teorias contratualistas, teorias institucionalistas e reconstrução obrigacional
  - 7.3. Reposicionamento do problema e posição adoptada

### **III**

## **VICISSITUDES DAS SITUAÇÕES JUSLABORAIS INDIVIDUAIS**

### **Secção I - Modificação e suspensão do contrato de trabalho**

#### **§ 8º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos de gestão**

1. Transmissão do estabelecimento e transmissão da empresa
2. Cedência ocasional de trabalhadores no âmbito de situações empresariais de grupo
3. Mobilidade geográfica e funcional do trabalhador (remissão)
4. Suspensão do contrato de trabalho e redução do tempo de trabalho por motivo de crise da empresa
  - 4.1. Efeitos gerais da suspensão
  - 4.2. Regime jurídico
5. Suspensão da prestação de trabalho por motivos técnicos

#### **§ 9º - Modificação e suspensão do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador**

1. Modificações do contrato de trabalho por motivos atinentes ao trabalhador
2. Suspensão do contrato por motivos atinentes ao trabalhador
  - 2.1. Efeitos gerais da suspensão
  - 2.2. Licenças
3. Pré-reforma

#### **§ 10º - Acidentes de trabalho e doenças profissionais**

1. Evolução histórica da tutela acidentária dos trabalhadores subordinados
2. Regime jurídico dos acidentes de trabalho
  - 2.1. Delimitação do acidente de trabalho
  - 2.2. Responsabilidade por acidente de trabalho
  - 2.3. Ocupação e reabilitação do trabalhador
3. 122. Doenças profissionais

## **Secção II - Cessação do contrato de trabalho**

### **§ 11º - Enquadramento geral**

1. Problemática geral e evolução normativa da matéria da cessação do contrato de trabalho
2. Tutela constitucional em matéria de cessação do contrato de trabalho: o princípio da segurança no emprego
3. Formas de cessação do contrato de trabalho

### **§ 12º - Cessação do contrato de trabalho por caducidade, por acordo revogatório e no decurso do período experimental**

1. Cessação do contrato de trabalho por caducidade
2. Cessação do contrato de trabalho por acordo revogatório
3. Cessação do contrato de trabalho no decurso do período experimental

### **§ 13º - Despedimento por facto imputável ao trabalhador**

1. O fundamento do despedimento por facto imputável ao trabalhador
  - 1.1. As situações de justa causa
  - 1.2. Os requisitos gerais da justa causa
2. O procedimento disciplinar para despedimento por facto imputável ao trabalhador
  - 2.1. Os princípios gerais do processo disciplinar para despedimento
  - 2.2. A marcha do processo
  - 2.3. A decisão de despedimento e a sua fundamentação
3. Ilicitude do despedimento: a suspensão e a impugnação do despedimento por motivo imputável ao trabalhador
  - 3.1. Suspensão e impugnação
  - 3.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador
  - 3.3. Protecção especial de algumas categorias de trabalhadores

### **§ 14º - Despedimento colectivo**

1. Fundamento do despedimento colectivo
2. Procedimento para o despedimento colectivo
3. Ilicitude do despedimento colectivo e seus efeitos
  - 3.1. Impugnação
  - 3.2. Indemnizações e reintegração do trabalhador

### **§ 15º - Despedimento por extinção do posto de trabalho**

1. Fundamento e requisitos
2. Procedimento
3. Ilicitude do despedimento por extinção do posto de trabalho e seus efeitos

#### **§ 16º - Despedimento por inadaptação**

1. Fundamento
2. Procedimento
3. Ilicitude do despedimento por inadaptação e seus efeitos

#### **§ 17º - Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador**

1. Resolução do contrato com fundamento em justa causa
  - 1.1. Situações de justa causa
  - 1.2. Regime jurídico
2. Denúncia do contrato
  - 2.1. Denúncia com aviso prévio
  - 2.2. Abandono do trabalho

#### **§ 18º - Efeitos acessórios da cessação do contrato de trabalho**

1. Deveres gerais emergentes da cessação do contrato de trabalho
2. Os pactos de não concorrência e a pós-eficácia dos deveres laborais
3. A prescrição dos créditos laborais

## **PARTE III SITUAÇÕES JUSLABORAIS COLECTIVAS**

### **I ENTES LABORAIS COLECTIVOS**

#### **§ 19º - Associações sindicais**

1. Evolução: breve apontamento sobre a história e as perspectivas actuais do sindicalismo
2. Enquadramento constitucional das associações sindicais no sistema jurídico português: o princípio da liberdade sindical e as suas manifestações
3. Delimitação geral, tipologia e características das associações sindicais
  - 3.1. Delimitação geral e características
  - 3.2. Tipologia
4. Constituição, organização e funcionamento das associações sindicais
  - 4.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
  - 4.2. Organização e funcionamento
5. Direitos das associações sindicais
6. Exercício da actividade sindical na empresa
  - 6.1. Acção sindical na empresa
  - 6.2. Direitos e deveres especiais dos delegados sindicais na empresa

7. Relações da associação sindical com os associados
  - 7.1. Quotização sindical
  - 7.2. Liberdade sindical individual
8. Regimes especiais: liberdade e associativismo sindical dos trabalhadores públicos

### **§ 20º - Comissões de trabalhadores**

1. Breve panorama comparado sobre a figura das comissões de trabalhadores
  - 1.1. Apreciação geral
  - 1.2. Algumas tendências: as comissões de trabalhadores e a co-gestão na Alemanha; a negociação colectiva informal com as comissões de trabalhadores em França
2. O enquadramento constitucional das comissões de trabalhadores no sistema jurídico português
3. Constituição, tipologia e organização das comissões de trabalhadores
  - 3.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
  - 3.2. Tipologia
  - 3.3. Organização e funcionamento
4. Direitos das comissões de trabalhadores
5. Actuação da comissão de trabalhadores na empresa
  - 5.1. Aspectos gerais
  - 5.2. Direitos e deveres especiais dos membros da comissão de trabalhadores na empresa

### **§ 21º - Conselhos de empresa europeus e conselhos de trabalhadores**

1. Delimitação geral
2. Regime jurídico

### **§ 22º - Associações de empregadores**

1. Delimitação geral, tipologia e características
  - 1.1. Delimitação geral e figuras próximas: associações de empregadores e associações empresariais
  - 1.2. Tipologia e características
2. Constituição, organização e funcionamento das associações de empregadores
  - 2.1. Constituição e aquisição de personalidade jurídica
  - 2.2. Organização e funcionamento
3. Direitos e deveres

### **§ 23º - Outros grupos laborais**

1. Os grupos laborais *ad hoc* de trabalhadores no âmbito da empresa
2. As coligações *ad hoc* de empregadores para efeitos laborais

## II

# INSTRUMENTOS DE REGULAMENTAÇÃO COLECTIVA DO TRABALHO

### Secção I - Aspectos gerais

#### § 24º - Delimitação geral e tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho

1. Tipologia dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: instrumentos convencionais e administrativos; instrumentos nacionais e comunitários
2. A relação entre instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho: o primado da autonomia colectiva
3. A relação entre os instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho e os contratos de trabalho

#### § 25º - Evolução histórica e tendências actuais da negociação colectiva

1. Evolução histórica da negociação colectiva e dos instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho
2. Tendências actuais da negociação colectiva
  - 2.1. A negociação colectiva como instrumento de flexibilização do Direito do Trabalho
  - 2.2. Os níveis da negociação colectiva; a negociação colectiva comunitária, a concertação social e a negociação ao nível da empresa
  - 2.3. A negociação colectiva informal

### Secção II - Instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho

#### § 26º - Convenção colectiva de trabalho

1. Delimitação e modalidades (remissão)
2. Processo de formação: a negociação colectiva
  - 2.1. Legitimidade para a negociação e celebração de convenções colectivas de trabalho
  - 2.2. Processo de formação: regras gerais e especiais
  - 2.3. Forma e formalidades
  - 2.4. Depósito, publicação e entrada em vigor
3. Conteúdo das convenções colectivas de trabalho
  - 3.1. Fixação do conteúdo: a interpretação e a integração das convenções colectivas
  - 3.2. A delimitação do conteúdo: o conteúdo obrigacional e conteúdo normativo; delimitação positiva e negativa do conteúdo; conteúdo obrigatório
4. Âmbito pessoal de aplicação das convenções colectivas
  - 4.1. O princípio da filiação e as suas extensões



- 4.2. A concorrência entre convenções colectivas de trabalho
- 5. Âmbito temporal e sucessão de convenções colectivas
  - 5.1. Âmbito temporal das convenções colectivas: prazos de vigência e sobrevigência da convenção colectiva de trabalho
  - 5.2. Sucessão de convenções colectivas: denúncia e princípio dos direitos adquiridos na sucessão das convenções colectivas
  - 5.3. Conflitos na revisão da convenção colectiva: a arbitragem
- 6. Natureza jurídica da convenção colectiva de trabalho
- 7. Regimes especiais
  - 7.1. A negociação colectiva na função pública
  - 7.2. A negociação e a contratação colectiva dos trabalhadores privados no âmbito da Administração Pública

### **§ 27º - Outros instrumentos convencionais de regulamentação colectiva do trabalho: acordo de adesão; decisão de arbitragem voluntária**

- 1. Acordo de adesão
  - 1.1. Noção e conteúdo
  - 1.2. Processo de formação
  - 1.3. Publicação e entrada em vigor
- 2. Deliberação de arbitragem voluntária
  - 2.1. Princípios gerais e funcionamento da arbitragem laboral
  - 2.2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

### **Secção III - Instrumentos administrativos de regulamentação colectiva do trabalho**

#### **§ 28º - Portaria de extensão**

- 1. Noção e evolução histórica
- 2. Admissibilidade e elaboração
- 3. Publicação e entrada em vigor
- 4. Âmbito de aplicação
- 5. Natureza jurídica

#### **§ 29º - Portaria de condições de trabalho**

- 1. Noção
- 2. Admissibilidade e elaboração
- 3. Publicação e entrada em vigor

#### **§ 30º - Deliberação de arbitragem obrigatória e necessária; arbitragem para suspensão do prazo de sobrevigência da convenção colectiva**

- 1. Admissibilidade e trâmites
- 2. Deliberação arbitral: efeitos, publicação e entrada em vigor

### III CONFLITOS COLECTIVOS DE TRABALHO

#### Secção I - A composição dos conflitos colectivos de trabalho

1. Princípios gerais
2. Formas de composição pacífica dos conflitos colectivos
  - 1.1. Conciliação
  - 1.2. Mediação
3. 191.3. Arbitragem (remissão)

#### Secção II - Greve

##### § 31º - Delimitação geral

1. Conceito de greve e tipologia dos comportamentos grevistas
  - 1.1. Delimitação geral da greve
  - 1.2. Tipologia dos comportamentos grevistas: greves em sentido próprio e greves impróprias; greves típicas e greves atípicas; greves laborais e greves não laborais; greves sindicais e não sindicais
2. Enquadramento jurídico da greve: evolução histórica e panorama comparado
3. Enquadramento constitucional do direito à greve no sistema português

##### § 32º - Regime jurídico

1. Processamento da greve
  - 1.1. Decisão, declaração e pré-aviso de greve
  - 1.2. Duração, termo e prorrogação da greve
  - 1.3 Representação dos trabalhadores durante a greve
  - 1.4. Piquetes de greve
  - 1.5. Princípio da não substituição dos grevistas
2. Adesão à greve e efeitos no contrato de trabalho
3. Serviços mínimos
  - 3.1. Tipologia
  - 3.2. Definição
  - 3.3. Regime de prestação
4. Limites convencionais e gerais do direito de greve
  - 4.1. Princípios gerais
  - 4.2. O dever de paz social
5. Ilicitude da greve
6. Natureza jurídica do direito de greve
7. Situações especiais: a greve dos trabalhadores públicos em geral e em certas categorias especiais

#### Secção III - *Lock-out*

1. Conceito, modalidades e figuras afins
2. Enquadramento constitucional e regime jurídico
  - 2.1. A proibição constitucional do *lock-out* e o princípio da paridade de armas

## 2.2. Regime jurídico

### **Elementos bibliográficos obrigatórios**

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Tratado de Direito do Trabalho I – Dogmática Geral*, 4ª edição, Coimbra, Almedina, 2016, *Tratado de Direito do Trabalho II - Situações Laborais Individuais*, 7ª edição, Coimbra, Almedina, 2019, e *Tratado de Direito do Trabalho III – Situações Laborais Colectivas*, 2ª edição, Coimbra, Almedina, 2015 (nova edição no prelo); *Tratado de Direito do Trabalho IV – Contratos e Regimes Especiais*, Coimbra, Almedina, 2019

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Da Autonomia Dogmática do Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2001

RAMALHO, Maria do Rosário Palma - *Estudos de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 2003

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Negociação Colectiva Atípica*, Coimbra, Almedina, 2009

RAMALHO, Maria do Rosário Palma – *Lei da Greve Anotada*, Lisboa, Lex, 1994

RAMALHO, Maria do Rosário Palma / BORGES, Isabel Vieira (Org.) – *Código do Trabalho e Legislação Complementar*, 8ª edição, Lisboa, AAFDL, 2019

### **Elementos bibliográficos de consulta recomendada**

AMADO, João Leal - *Contrato de Trabalho*, 4ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013

CORDEIRO, António Menezes - *Manual de Direito do Trabalho*, Coimbra, Almedina, 1991

GOMES, Júlio Vieira - *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, Coimbra Editora, 2007

MARTINEZ, Pedro Romano - *Direito do Trabalho*, 7ª ed., Coimbra, Almedina, 2015

MARTINEZ, Pedro Romano / MONTEIRO, Luis Miguel / VASCONCELOS, Joana / BRITO, Pedro Madeira de / DRAY, Guilherme / SILVA, Luís Gonçalves da - *Código do Trabalho Anotado*, 9ª ed., Coimbra, Almedina, 2013